



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PROCESSO Nº 13619/000.040/89-95

Sessão de 27 de agosto de 1992

ACORDÃO Nº CSRF/01-01.310

Recurso nº: RD/104-0.447

Recorrente: JOAQUIM DE MATOS BRANQUINHO

Recorrida : QUARTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

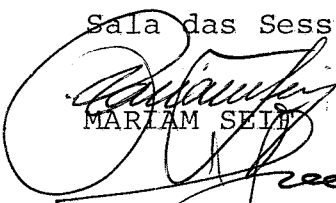
INTERESSADA: FAZENDA NACIONAL

AUMENTO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - CONDIÇÕES PARA GOZO DO BENEFÍCIO INSTITUÍDOS PELO DECRETO-LEI Nº 2.303/86, Arts. 18 a 23 - As condições para gozo mencionado favor fiscal são as previstas no Decreto-lei nº 2.303/86 e nas respectivas normas complementares, não figurando dentre estas a necessidade de que o contribuinte comprove a disponibilidade dos recursos que deram origem ao patrimônio a descoberto em data anterior a 31/12/85. Assim, tendo o contribuinte, no caso dos autos, atendido a todas as condições previstas na lei e, não tendo o Fisco provado que os bens e valores foram auferidos no ano-base de 1986, improcede a exigência fiscal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela FAZENDA NACIONAL:

ACORDAM os Membros da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por maioria de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Cons. Evandro Pedro Pinto e Carlos Walberto Chaves Rossas, que lhe negavam provimento.

Sala das Sessões-DF, em 27 de agosto de 1992.


MARIAM SEIF

- PRESIDENTE E RELATORA


AFONSO CELSO FERREIRA DE CAMPOS - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL (Substituto)

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros: IRINEU SIMIANER, WALDEVAN ALVES DE OLIVEIRA, CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER, DÍCLER DE ASSUNÇÃO, JUAREZ DE MORAIS, AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL. Ausentes justificadamente o Cons. AQUILES RODRIGUES DE OLIVEIRA (Substituído por WILFRIDO AUGUSTO MARQUES) e o Procurador da Fazenda Nacional, Dr. Iran de Lima (Substituído por AFONSO CELSO FERREIRA DE CAMPOS).





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO Nº 13619/000.040/89-95

RECURSO Nº: RD/104-0.447

ACORDÃO Nº: CSRF/01-01.310

RECORRENTE: JOAQUIM DE MATOS BRANQUINHO

RECORRIDA: QUARTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

INTERESSADA: FAZENDA NACIONAL

R E L A T Ó R I O

JOAQUIM DE MATOS BRANQUINHO, com domicílio na cidade de Unaí - MG, inscrito no CPF sob nº 034.894.506-04, recorre a esta Câmara Superior de Recursos Fiscais da R. Decisão prolatada pela 4a. Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, pleiteando a reforma do Acórdão nº 104-7.993, de 05 de dezembro de 1990.

O recurso circunscreve-se ao gozo do benefício instituído pelo Decreto-lei nº 2.303, de 21.11.86, artigos 18 a 23, e na legislação complementar baixada para a sua correta interpretação.

A exigência fiscal fundamentou-se no entendimento de que para se aproveitar do mencionado benefício seria necessário que o contribuinte comprovasse ter auferido os respectivos rendimentos em data anterior a 31.12.85, conforme declarado na ementa da decisão de primeiro grau à fls. 157/163.

"1) BENS ADQUIRIDOS NO ANO-BASE DE 1986 - NÃO ALCANÇADOS PELA TRIBUTAÇÃO ESPECIAL A ALÍQUOTA DE 3% DO DL Nº 2.303/86, ARTs. 18/19 - A tributação reduzida de que trata o DL nº 2.303/86, em seus artigos 18 e 19 não abrangeu os bens adquiridos no ano-base de 1986, mas tão somente a queles comprovadamente adquiridos até 31.12.85."

Acórdão nº-CSRF/01-01.310

A Câmara recorrida, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso voluntário interposto contra o ato, reconhecendo que outra não poderia ser a interpretação do dispositivo, concedendo-lhe uma anistia tributária que, evidentemente, "não poderia alcançar os fatos geradores correntes, ou seja, os verificadores no próprio ano-base de sua edição. De outra, forma, chegar-se-ia ao absurdo de se tributar todo o rendimento auferido naquele ano-base à alíquota única de 3%, revogando por conseguinte, a sistemática de imposto progressivo vigente, cuja tabela de alíquotas variava de 5 a 50%", exposto e fundamentado no voto do ilustre Conselheiro SÉRGIO SANTIAGO DA ROSA, e endossado pela Fazenda Nacional, através de seu Procurador junto à Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, apresentando suas contra-razões à fls. 188/192, propugnando pela manutenção da r. decisão.

É o relatório.



Acórdão nº-CSRF/01-01.310

V O T O

Conselheira MARIAM SEIF, Relatora

O recurso atende aos pressupostos para sua admissibilidade, devendo, pois, ser conhecido.

Como visto do relato, o ponto central da contróversia gira em torno das condições para gozo do benefício fiscal instituído pelo Decreto-lei nº 2.303/86, arts. 18 a 23.

A matéria não é nova nesta instância administrativa superior, onde tive oportunidade, inclusive, de desenvolver proferidos estudos sobre o assunto, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº RP/106-0.127, dentre outros.

Citado Recurso foi julgado em sessão realizada em 30/08/91, através do acórdão nº CSRF/01-01.174, assim ementado.

"AUMENTO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - CONDIÇÕES PARA GOZO DO BENEFÍCIO INSTITUÍDOS PELO DECRETO-LEI Nº 2.303/86, Arts. 18 a 23 - As condições para gozo do mencionado favor fiscal são as previstas no Decreto-lei nº 2.303/86 e nas respectivas normas complementares, não figurando dentre estas a necessidade de que o contribuinte comprove a disponibilidade dos recursos que deram origem ao patrimônio a descoberto em data anterior a 31/12/85. Assim, tendo o contribuinte, no caso dos autos, atendido a todas as condições previstas na lei e, não tendo o Fisco provado que os bens e valores foram auferidos no ano-base de 1986, improcede a exigência fiscal."

Tal decisão lastreou-se nos fundamentos que destaquei.



Acórdão nº-CSRF/01-01.310

no voto condutor do aresto, e que ora transcrevo, na íntegra, para fundamentar a presente decisão:

"Como visto do Relatório, a controvérsia gira em torno da interpretação do disposto nos arts. 18 a 21 do Decreto-lei nº 2.303, de 21.11.86, e na legislação complementar baixada para a sua correta interpretação.

Os mencionados artigos, estabelecem literal e respectivamente:

"Art. 18 - Não ensejara instauração de processo fiscal, com base em acréscimo patrimonial adscrito, a inclusão na declaração relativa ao exercício financeiro de 1987, de bens ou valores não incluídos em declarações já apresentadas pelo contribuinte, pessoa física, observado o disposto neste Decreto-lei.

"Art. 19 - O valor do acréscimo patrimonial a que se refere o artigo anterior ficará sujeito à incidência do imposto de renda a uma alíquota especial de 3% (três por cento).

"Art. 20 - Os bens e valores de que trata o artigo 18 serão, para todos os efeitos fiscais, considerados como incorporados ao patrimônio do contribuinte, pessoa física, em 31 de dezembro de 1986, desde que:

I - os bens tenham a respectiva compra devidamente comprovada; e

II - os valores, em dinheiro ou títulos, sejam depositados ou custodiados em estabelecimento bancário até aquela data.

Parágrafo único - O Ministro da Fazenda poderá estabelecer outras formas de comprovação ou de custódia.

"Art. 21 - Com fundamento na declaração de bens regularizada na forma do artigo 18, que servirá de base, apenas, para incidência do imposto de que trata o artigo 19, não será permitido:

I - instaurar processo de lançamento de ofício por inexatidão ou falta de declaração de rendimentos;



Acórdão nº-CSRF/01-01.310

II- exigir comprovação de origem daqueles valores, bens ou depósitos; ou

III- aplicar sanções, de qualquer natureza, administrativa ou penal." Os grifos são da transcrição.

Na legislação complementar se esclareceu, como mais relevante para o deslinde da presente questão:

a) Na Instrução Normativa SRF - nº 139, de 19.12.86:

"2. Para efeito de utilização do benefício fiscal, poderão ser declarados bense valores adquiridos até 31 de dezembro de 1986 que não tenham sido incluídos em declarações de rendimentos já apresentadas, ficando a regularização fiscal condicionada à comprovação:

a) da aquisição dos bens, conforme disposto nesta instrução;

b) de que, em 31 de dezembro de 1986, a importância em dinheiro esteja depositada ou os títulos estejam custodiados em instituições financeiras, sociedades, corretoras, sociedades distribuidoras, ou em bolsas de valores, situadas no País ou no exterior.

.....

3. Considera-se documentada a aquisição dos bens para a finalidade de que trata a alínea "a" do item precedente:

.....

c) quando se tratar de ouro, pelo certificado de depósito ou custódia expedido por instituição financeira autorizada à prestação do serviço.

b) no Ato Declaratório Normativo CST nº 135,

.....

"3.1 - Não podem ser incluídos os rendimentos e ganhos de capital auferidos durante o ano-base de 1986, tributáveis na declaração de rendimentos de 1987 na forma da legislação de regência.



Acórdão nº-CSRF/01-01.310

.....

3.3 - O gozo das vantagens fiscais não está condicionado à entrega de declarações de rendimentos relativas a exercícios anteriores ao de 1987.

Da exegese do consignado nas normas transcritas se conclui:

- estar autorizada a inclusão na declaração de rendimentos relativa ao exercício de 1987, ano-base de 1986, de bens e valores não incluídos em declarações anteriores. Os que já tenham sido incluídos não gozariam do benefício;

- ser permitida a indicação de bens e valores adquiridos até 31.12.86;

- que a única exigência para o reconhecimento de existência de dinheiro, ouro e títulos aoportador é a prova de que estejam depositados ou custodiados em instituição autorizada em 31.12.86;

- que a própria lei prevê a surgência de acréscimo patrimonial a descoberto com a inclusão de valores na declaração do ano-base de 1986;

- estar proibida a instauração de processo fiscal com base nesse acréscimo, desde que observadas as suas disposições;

- ser vedada a exigência de comprovação da origem dos valores, bens ou depósitos;

- não ser viável a aplicação de sanções de natureza administrativa ou penal.

Qual a razão da exigência ou onde reside a divergência entre o contribuinte e o Fisco?

A razão da divergência está em que o Fisco entende assistir-lhe o direito de exigir que o contribuinte comprove que já tinha a disponibilidade do bem ou dinheiro arrolado na declaração em 31.12.85. Na hipótese de o contribuinte não o fazer, nega-lhe os benefícios do Decreto-lei nº 2.303/86 e autua-o por acréscimo patrimonial não comprovado, como ocorreu na hipótese dos autos, daí a ementa da decisão singular, onde se consignou:

"O fato de o contribuinte não comprovar que dis

Acórdão nº-CSRF/01-01.310

punha em 31.12.85 dos valores declarados e utilizados para aquisição dos bens no ano-base de 1986, não lhe dá direito a tributação especial de 3% instituída pelo Dec.Lei 2.303/86, em seus artigos 18 a 23, pois tratando-se de um benefício, o ônus da prova cabe ao pretendo beneficiário."

Sustenta ainda a autoridade fiscal, como fundamento para sua conclusão, estar implícita essa exigência quando no art. 18 do Decreto-lei se menciona "bens e valores não incluídos em declarações já apresentadas pelo contribuinte" e que na instrução Normativa CST - 139/86 e no ADN-CST 135/86, se consigna expressamente não fazerem jus ao benefício os rendimentos auferidos em 1986.

Cabe, então, à luz dessa argumentação é examinar: primeiro, se ela é compatível com o declarado na legislação invocada, depois, se, de outra forma, poderia ser dado integral acatamento ao estabelecido nessas mesmas normas, já que nem o Decreto-lei nº 2.303/86, que instituiu o benefício, nem a legislação complementar baixada a título de regulamentação exigem expressamente a comprovação da existência da prévia disponibilidade em 31.12.85.

Quanto a primeira questão (compatibilidade entre a exigência implícita de comprovação da existência da prévia disponibilidade em 31.12.85 e o declarado expressamente no referido Decreto-lei 2.303/86 e sua legislação regulamentadora é fácil de comprovar a sua impossibilidade.

Com efeito, senessa legislação se declara e até se impõe como condição para gozo do benefício que o contribuinte prove a existência do bem, inclusive mediante depósito ou caução em 31.12.86, não poderia exigir-se tal prova em 31.12.85, ou seja, em data anterior a estabelecida em lei, sob pena de ofensa a essa mesma lei. É de considerar-se, ainda que, nessa data (31.12.85) o contribuinte poderia não a ter, já que o Decreto-lei e a legislação complementar dispuseram para o futuro, quanto à forma de como seria necessário comprovar.

O objetivo maior da legislação incentivadora foi permitir a regularização de recursos de que o contribuinte dispunha, especialmente fora do País, integrando-os na economia formal, e com isso passar a gerar empregos e pagar impostos o que antes, em razão de sua clandestinidade, ou por situarem-se fora do País não ocorria.



Acórdão nº-CSRF/01-01.310

Por outro lado, como comprovar, por exemplo, a existência de títulos ao portador, moeda estrangeira e ouro, para já não falar em moeda nacional, se os primeiros fazendo parte da economia informal, fatalmente não eram lastreados em qualquer documentação isto em data anterior à prevista na lei e para a qual o contribuinte não fora orientado pela própria ausência de lei.

Ainda é certo que, exigindo-se que o contribuinte provasse a disponibilidade em data anterior à prevista em lei e por forma diferente daquela estatuída, na maioria dos casos estar-se-ia exigindo a comprovação da origem, o que é terminantemente vedado na lei.

Atente-se para o fato de que essa legislação específica não determinou que o contribuinte fizesse a retificação das declarações anteriores, quando aí se não houvesse incompatibilidade com outras disposições do mesmo decreto, talvez se pudesse cogitar da aludida comprovação. Ao contrário, mandou incluir, tudo na declaração de 31.12.86, tendo o ADN-CST 135/86, consignado que o benefício sequer estava condicionado à entrega das declarações do ano anterior, valendo assinalar que a mesma legislação textualmente declara que, para todos os efeitos legais, os bens arrolados serão considerados incorporados ao patrimônio do contribuinte em 31.12.86.

Analisemos agora se, vedando-se ao Fisco o direito de exigir do contribuinte a prova da disponibilidade em 31.12.85, ficaria ele impedido de exigir o tributo nos termos da legislação ordinária, em vigor em 1986, sobre os rendimentos auferidos nesse ano, isto é, se haveria incompatibilidade entre a vedação da intimação do contribuinte para que fizesse aquela prova e a tributação dos rendimentos de 1986, pela alíquota normal.

A resposta é negativa. O que a legislação fez foi, ao estabelecer a data em que os bens e valores deveriam ter sua comprovação realizada, foi vedar implicitamente que a comprovação fosse feita noutra data qualquer, invertendo o ônus da prova; quer dizer, até prova em contrário, vale o declarado pelo contribuinte. Se, porém, o Fisco verificar que o contribuinte não ofereceu os rendimentos do ano-base de 1986 à tributação pela alíquota normal, poderá autuá-lo, dele exigindo o tributo e demais encargos e penalidades cabíveis.



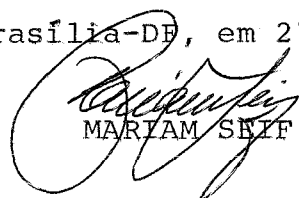
Acórdão nº-CSRF/01-01.310

Essa inversão do ônus da prova, emerge ainda mais claramente dos comandos da legislação especial ao vedar que se exija a comprovação da origem daqueles valores, bens ou depósitos, pois como vimos, na maioria dos casos, antecipadamente já seria notória a impossibilidade de o contribuinte fazer aquela prova, como vimos anteriormente, quando a título de exemplo, mencionamos a moeda, o ouro e os títulos ao portador.

Concluindo, tendo o contribuinte, no caso dos autos, atendido a todas as condições previstas na lei e não tendo o Fisco provado que os bens e valores foram auferidos no ano-base de 1986, voto pela confirmação da decisão recorrida e, em consequência, que se negue provimento ao recurso especial."

Nesta ordem de juízos, e considerando os fundamentos aqui reproduzidos, dou provimento ao Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo, reformando, em consequência, a r. decisão recorrida.

Brasília-DF, em 27 de agosto de 1992.



MARIAM SBT

- RELATORA